

Symbolon III

# PAZ E CONCÓRDIA

Em...

Homero

Aristófanes

Isócrates

Cícero

Virgílio

Erasmus

editado por

BELMIRO FERNANDES PEREIRA

JORGE DESERTO

PORTO 2014

## FICHA TÉCNICA

TÍTULO: SYMBOLON III – PAZ E CONCÓRDIA

ORGANIZAÇÃO: BELMIRO FERNANDES PEREIRA E JORGE DESERTO

EDIÇÃO: FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

ANO DE EDIÇÃO: 2014

COLECÇÃO: FLUP e-DITA

EXECUÇÃO GRÁFICA: Sersilito-Empresa Gráfica, Lda.

TIRAGEM: 150 exemplares

DEPÓSITO LEGAL: 311011/10

ISSN: 1646-1525

ISBN: 978-989-8648-36-5

# Paz e Concórdia em Isócrates – Ideias e Conjecturas

Eis que há já muito, muito tempo os mortais  
Se calcam as cabeças e se disputam o domínio,  
Receando o vizinho, e o homem não acha  
Bênção na própria terra.

Hölderlin, *A Paz*

## I

A Paz. A grandeza do tema atravessa toda a história da literatura e da cultura da Antiguidade Clássica. Centenas são as páginas que revelam episódios de guerra ou motivos de guerra. Parece ter sido mais fácil falar sobre a guerra e aquilo que a motivou do que falar da arte de a contrariar e do estado de ausência de guerra, a paz. A perenidade da temática é também uma lição preciosa. A riqueza da experiência grega da guerra dificilmente pode ser ultrapassada pela história das tentativas de a contrariar. Amenizar a guerra, eliminá-la ou compreendê-la é uma arte que passa em primeiro lugar pela mente do homem.

Em que consiste a paz, de modo geral? Num estado tranquilo de um povo, de uma nação, de um reino que não tem inimigos a combater, e que assim vive em sossego ou tranquilidade, procurando manter a harmonia de vida com os estados ou sociedades com que

se relaciona. É, além disso, um espaço de tempo em que se salva-guarda o bem-estar dos povos, honrando a humanidade, e em que um estado goza da plenitude dos seus direitos de autonomia sem que seja necessário recorrer às armas para os defender.

Da *Iliada* à *Eneida*, nomes maiores da literatura épica da Antiguidade Clássica, sucedem-se diversas obras cuja temática se circunscribe exclusivamente ao tema da guerra, como as *Histórias* de Heródoto, ou ainda *História da Guerra do Peloponeso* de Tucídides, no âmbito da Literatura Grega; e ainda no âmbito da Literatura Latina *Bellum Gallicum* ou *Bellum Ciuile* de César; *De Coniuratione Catilinae* ou *Bellum Jugurthinum*, de Salústio; ou os diversos episódios bélicos que preenchem as dezenas de páginas de história romana contada por Tito Lívio e Tácito.

A teorização da paz, tal como a teorização da guerra, é um assunto raro. É importante conhecer um dos poucos autores antigos que, sendo um especialista da palavra, se debruçou sobre esse assunto, diagnosticando o problema, criticando os actos e conjecturando soluções – Isócrates. Com as palavras que usou junto do público do seu tempo, imaginou que as suas ideias atingissem o espírito daqueles que governavam a cidade e o futuro dos seus concidadãos. Com as suas ideias brilhantes, ele pensou que conquistaria a razão necessária para levar Atenas a um futuro menos amargo, e que dessa forma mudaria o curso dos acontecimentos. Através da palavra, que é o elemento de convergência ou de divergência das ideias a defender na assembleia, o orador explora o instrumento mais hábil de persuasão dos espíritos que o ouviam na tribuna. Da tribuna do seu magistério, Isócrates também educa os seus concidadãos com as suas ideias, lançando alicerces de confiança para o futuro. Da sua palavra devem sair ideias vantajosas, construtivas e duradouras que permitam garantir paz e concórdia entre os cidadãos de um mesmo estado, mas também entre esses cidadãos e outros cidadãos de estados vizinhos ou aliados. A sua voz testemunhará um sentir patriótico, no qual se destaca tanto o pan-helenismo como o seu consciente sentimento de ateniense.

Vamos antes de mais recuar à etimologia da palavra que em grego significa paz, εἰρήνη. A palavra designa inicialmente a *paz considerada como um estado duradouro*. Na sua origem não era um termo jurídico ou diplomático, passando a evoluir mais tarde, numa fase mais próxima da época clássica, para o sentido de paz concluída através de um

tratado.<sup>1</sup> A sua etimologia deixou presença no conceito de irenismo, que consiste na «valorização da paz, pacificação ou conciliação, ou do entendimento e concórdia, ou ênfase na sua importância, seja como condição ou como objectivo das relações humanas».<sup>2</sup>

*Homonoia* designa literalmente *harmonia de espírito*. Este é um ideal político que foi identificado pela primeira vez em escritores gregos do século V a.C. Passou a significar também ‘conformidade de sentimentos ou de opiniões, unanimidade’, concórdia com a *polis* e, especialmente, o acto de evitar a *stasis*, a discórdia (pode ser um termo especificamente político que neste domínio significa ‘divisão’ ou ‘facção’), ou ainda realização do pan-helenismo contra a ameaça bárbara (persa ou macedónia).

Desde cedo que a presença de Ειρήνη na Grécia é merecedora de uma identificação divina. Foi considerada uma filha de Zeus e de Témis (cf. Hes. *Th.* 902, *Op.* 228). Este é um facto que revela não só a sua antiguidade na cultura grega, mas também a sua importância na formação do espírito grego.

Na *Teogonia* de Hesíodo ela é uma das três Horas, tem por irmãs a Eunomia e a Diké. Ela é motivo de alegoria em Píndaro; é mencionada por Diodoro Sículo e Apolodoro. Noutros poetas, em Eurípidés e em Aristófanes, é invocada como a mais bela e a mais venerável das deusas.

As obras que merecem neste momento a atenção no contexto da obra de Isócrates sobre a temática em discussão são o *Areopagítico*, que trata da moralização da política interna de Atenas (discurso este datado da primeira metade de 354) e, em particular, o discurso *Sobre a Paz*, que aborda a moralização da política externa. Este discurso foi escrito por volta de 356 a. C., durante o período da Guerra Social (357- 355), durante a qual Quios, Cós, Rodes e Bizâncio se tinham sublevado contra Atenas sob a protecção do rei dos Persas. Estes dois discursos são próximos um do outro no espaço e no tema.

O momento propicia a preocupação e urgência de actuação. Qual o papel de um orador como Isócrates nesta situação?

Dar conselhos, chamando a atenção para o assunto da agenda do dia, a instabilidade que a sociedade ateniense sente pela Guerra Social e os efeitos directos dessa instabilidade no quotidiano de cada cidadão, e tentar a reconciliação entre os estados em conflito. Ao

---

<sup>1</sup> Chantraine (1999: 324).

<sup>2</sup> Houaiss e Villar (2005: 4732).

tentar revigorar o espírito do seu concidadão mostrando-lhe que há formas de alterar o actual estado da situação, o orador sabe, de antemão, que o seu ouvinte, ainda que se encontre num plano ideal, é um cidadão cansado de políticas demagógicas, cansado da ameaça das cidades federadas que, em vez de serem inimigas, deviam ser aliadas. Isócrates reforça a auto-estima daquele que o ouve com ideias brilhantes de teoria política e de estratégia diplomática. Ideias que podiam ter aplicação imediata, se conseguisse fazer vingar no terreno as suas propostas que ele imagina poderem passar da teoria à prática. Ainda que os discursos sejam proferidos a maioria das vezes em espaços privados, longe dos espaços públicos e democráticos, ele conquista o seu auditório com fundamentos retirados de exemplos conhecidos de todos, quer bons, quer maus. É preciso sim tocar na alma do ouvinte e trazê-lo com a emoção do seu próprio sofrimento aos assuntos que o ameçam quotidianamente. E o assunto em questão é a paz. Um assunto que a todos diz respeito, mas que depende da atitude de união que cada indivíduo possa manifestar.

É importante não esquecer que Isócrates (436-338 a.C.) é um teórico do pensamento, pensamento que exprime através da palavra. Em concreto: ele exercita as suas ideias políticas sobre um determinado tema através do exercício da palavra. É o criador da prosa ática, longamente desenvolvida, como arte e como magistério. Desenvolve as suas próprias ideias de forma democrática e moderada através da eloquência que é a sua verdadeira filosofia, isto é, o espírito e o verbo unem-se na procura de soluções políticas quer no domínio nacional, quer internacional. Isócrates defendeu perante os Gregos a sua união sagrada contra os Persas sem prever que os Macedónios aproveitariam a sua visão de concórdia.

Ao contrário desta figura maior da eloquência ática, alguns anos mais tarde, Demóstenes (384-322 a.C.) revelou, com vigor e de modo incessante, o seu pensamento através da tribuna, quer dizer, no terreno de acção de um orador. A sua voz foi de revolta perante a incapacidade de os políticos combaterem as ameaças à liberdade das cidades e, conseqüentemente, dos seus cidadãos. É provável que Demóstenes não tenha tido o brilhantismo retórico de Isócrates. Para convencer os seus concidadãos, este recorreu inúmeras vezes à grandeza do passado histórico. Na derradeira obra da sua vida, o *Panatenáico*, estende-se em considerações históricas sobre a melhor forma de governo. Do seu ponto de vista, o governo que resulta deriva da combinação exemplar

dos três tipos fundamentais de constituição. Nesse texto, Isócrates serve-se da grandeza do passado dos Atenienses para daí retirar um elogio suficientemente grande para sustentar o seu desejo de se tornar modelo para o futuro. Mas nem isto lhe valeu. As suas propostas caíam no vazio da indecisão e da inércia. Portanto, a pergunta paira no ar: qual dos dois conseguiu que as suas ideias políticas fossem adoptadas?

No espaço oratório privilegiado da sua escola, Isócrates demonstra a necessidade de concluir a paz com as cidades federadas (Quios, Rodes, etc.), e, ao mesmo tempo, expõe as suas opiniões sobre a importância do império marítimo. Censura os seus concidadãos por se deixarem levar por lisonjas e repelirem a verdade. Depois, para conciliar o seu auditório, traça-lhe um magnífico quadro dos tempos da República de Atenas. Exorta em seguida os Atenienses a que deixem a cada cidade a sua inteira liberdade. Assim, nesta obra, Isócrates exaltava as recordações da grandeza de Atenas e, ao mesmo tempo, por uma evidente contradição, aconselhava os Atenienses a que destruíssem os instrumentos da sua dominação. Na tribuna do seu magistério, ele ensina o povo a pensar melhor sobre si mesmo e a descobrir a concórdia tão necessária ao futuro de Atenas.

Os discursos *Areopagítico* e *Sobre a Paz* transmitem a ideia de que se está diante de um manual de boa conduta moral e de diplomacia política, um manual destinado a um estado democrático, em que os pontos essenciais assentam no que se deve fazer, no que se deve evitar, e, desta feita, saber desviar-se da guerra e do conflito. A mensagem principal destes discursos é a de procurar a concórdia conducente à paz, estado ideal para a sociedade progredir e se manter em harmonia democrática no seu próprio interior e com as outras cidades com que mantém alianças.

O discurso *Sobre a Paz* é especialmente eloquente a respeito destes objectivos. Parece tratar-se de «um texto de escola» (cf. Isoc. 8.15), em que todas, ou quase todas, as questões referentes ao assunto são postas em discussão. Neste sentido, é um discurso fictício e pedagógico, mas que poderia ter sido proferido no espaço habitual da assembleia.

## II

Mas vejamos em detalhe o texto isocrático *Sobre a Paz* que, através da arte de bem pensar, tenta chegar à arte de bem agir. É através

da palavra que se chega ao espírito do homem e, em particular, daquele que há-de governar. É através da palavra que se demonstra que os erros do passado não podem ser reutilizados no futuro. A arte de conquistar a paz no futuro está na arte de convencer no presente, de ajudar a construir um futuro melhor que o presente. E esta arte faz-se com base em argumentação. E para que serve ela? Para sensibilizar o concidadão para a urgência de uma solução.

Isócrates escreveu o discurso *Sobre a Paz* a fim de levar os Gregos a mudarem de ideias e sentimentos em relação ao poder. A maior parte do discurso trata da verdadeira vantagem da paz em relação à guerra. A teorização da paz não é a única das suas riquezas; é, ao mesmo tempo, um documento importante do ponto de vista histórico e político pois fornece informação preciosa sobre os anos 360-350 a.C.<sup>3</sup>

Nos primeiros parágrafos (Isoc. 8.1-15), que ocupam o exórdio, o orador apresenta de início o tema deste discurso:

Ἦκομεν γὰρ ἐκκλησιάσοντες περὶ πολέμου καὶ εἰρήνης...

Vimos para deliberar na assembleia sobre a guerra e sobre a paz, assuntos que têm a maior influência na vida dos homens.

Isoc. 8.2

Fica claro que, para se falar de paz, quase sempre se tem de abordar o tema da guerra, como se o conceito de paz necessitasse invariavelmente de ter passado pelo seu contrário para ser definido e estabelecido. Para falar destes assuntos, Isócrates recomenda que só se ocupem deles os que deliberam de modo correcto acerca deles, para que se garantam os melhores resultados (Isoc. 8.2).

Este assunto é um tema de compreensão difícil. Ora, estes assuntos que são da máxima importância para a cidade podem ser motivo de deliberação por parte de oradores profissionais. Estes oradores apenas se preocupam em pronunciar discursos agradáveis aos ouvidos do cidadão comum; de facto não tratam com justiça do futuro da cidade, podendo conduzi-la a uma situação totalmente desvantajosa de guerra (cf. Isoc. 8.5). Isócrates dá a entender que é mais fácil exortar um auditório a partir para a guerra do que aconselhá-lo a manter a paz (Isoc. 8.5). Esta ideia parece presumir que é possível garantir à partida o sucesso para o lado da atitude

<sup>3</sup> Papillon (2004: 135).

bélica e que as consequências dessa atitude sejam um futuro mais risonho do que o presente. Esse é, no entender de Isócrates, o erro dos seus concidadãos, serem facilmente iludíveis por se deixarem levar pelas palavras agradáveis daqueles que discursam, mas que são enganadoras e que obscurecem a visão (Isoc. 8.9 e 10).

E o orador prossegue para a importância da noção de bem comum e bem público, tão arraigada no seu espírito, mas tão distante do cidadão comum, que apenas pensa no benefício próprio e fácil da resolução imediata (Isoc. 8.10 e 13).

Sugere Isócrates, numa atitude sensata para evitar sofrimento futuro, que se devia ouvir os antigos sobre a sua experiência de vida. Sabe-se, desde sempre, que do resultado de manter a paz nunca se sofreu mal algum, mas escolher a guerra como solução dos problemas talvez não seja a opção mais correcta, pois os custos exigidos para o exercício da guerra são elevados e as consequências desse acto bélico não têm sucesso garantido.

Para o orador é tempo de dar uma oportunidade à assembleia de homens sóbrios e razoáveis para deliberar sobre os assuntos e os interesses do Estado, pois esses serão conselheiros que pensarão no progresso comum. A tomada de decisões correcta com vista à obtenção de um bem comum devia resultar da mesma ponderação que um assunto particular merece a cada indivíduo. O orador pretende reforçar a ideia de que, se os assuntos e interesses do Estado não forem alvo de bons conselhos, o seu progresso está hipotecado (Isoc. 8.13). Aliás, como refere no discurso *Areopagítico*, o governo é a alma da cidade (Isoc. 7.14) e para os cargos públicos elegem-se os melhores e os mais capazes e não qualquer um (Isoc. 7.21-27). Nesse discurso, ele acrescenta que isto se consegue graças ao papel da educação, sobretudo a dos jovens (Isoc. 7.41-45) que se mantinham afastados da política activa (Isoc. 7.48).

Como orador, Isócrates quer mostrar a verdade do assunto de que se ocupa. Como bem mostrou o filósofo francês Michel Foucault, na sua obra *Discurso e Verdade na Grécia Antiga*, esta vontade e intenção aliam-se numa manifestação clara do ideal grego da *parresía*, isto é, a obrigação de dizer a verdade. Nas páginas em que discorre sobre o tema, várias são as abordagens que segue e que se justificam no texto que presentemente se aborda, em particular na dimensão oratória de Isócrates.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Foucault (2004: 36-46).

A palavra *Parresía* começa por estar associada à noção de franqueza. É utilizada por alguém que diz tudo o que tem em mente, não oculta, mas abre o seu coração e a sua alma por completo a outras pessoas através do seu discurso. Esta situação revela que há uma diferença de estatuto entre o que fala e o seu auditório. Há também um sentido positivo e construtivo de *parresía* que se identifica com «dizer a verdade», porque aquele que diz, diz o que é verdadeiro porque sabe o que é verdadeiro. Portanto, não só é sincero ao manifestar a sua opinião, mas a sua opinião também é a verdade, o que faz coincidir a crença e a verdade.

Isócrates está plenamente convicto de que a sua qualidade de mestre e ainda a sua idade lhe dão autoridade suficiente para conhecer a realidade e para a comunicar aos outros, porque avaliou com conhecimento e por experiência diferentes realidades que compreendem diferentes graus de justiça. Ao tomar certas posições e ao manifestar determinado ponto de vista pode, sem qualquer dúvida, ser contrário à opinião geral ou àqueles que governam no momento, pondo em risco e perigo a sua própria posição de orador e de cidadão. Deste modo, o orador pode também estar a exercer uma crítica sobre o que está a ser feito, ou a ser pensado. Esse poder de falar só é possível exercê-lo a quem está entre os melhores cidadãos, como os professores, se possuir essas qualidades específicas pessoais, morais e sociais que garantem o privilégio de falar. À dimensão do uso da palavra em Isócrates associa-se, por conseguinte, a noção de *parresía*.

Segue-se a fase do discurso (Isoc. 8.16-25) em que o orador afirma a urgência de firmar a paz, mas uma paz que traga vantagens materiais e éticas. Isócrates faz um breve historial da situação sua contemporânea. Defende um estado de paz não só com os inimigos do momento (Quios, Rodes e Bizâncio), mas também com os anteriores (os Persas e os Lacedemónios). O efeito pacificador seria de enorme justiça e utilidade à cidade (Isoc. 8.16). Se este objectivo de paz fosse alcançado, a cidade passaria a viver num estado de perfeita felicidade (cf. *ὑπαρξάντων τελέως τὴν πόλιν εὐδαιμονήσειν*, Isoc. 8.19). É isto que verdadeiramente interessa ao bem comum: a segurança, a abundância material, a concórdia mútua e o prestígio entre os Gregos.

É que, pelo contrário, no momento de que ele se ocupa, a guerra só tem trazido desvantagens e infortúnio a todos: ficaram mais pobres, passaram a suportar muitos perigos, foram desacredi-

tados perante os outros Gregos e uma série de outros sofrimentos e despesas resultantes do estado de guerra (Isoc. 8.20). Se a paz for alcançada, por meio da persuasão e de negociações, tentar-se-á recuperar o que agora só se consegue através da guerra (Isoc. 8.22). Claro está que a questão da conflitualidade acesa em que eles se encontram com os seus aliados é fruto da imagem dominadora e pouco abonatória dos Atenienses, daí que seria de todo o interesse melhorar a sua reputação, o que traria uma boa convivência para o futuro (Isoc. 8.22-23). Desta forma, os espaços territoriais poderiam ser partilhados em segurança (Isoc. 8.23-24). Isto é, a paz facilita as negociações e a manutenção de uma boa vizinhança. Portanto, deve votar-se a favor da paz, «mas também deliberar como a manteremos» (ἀλλὰ καὶ βουλευσαμένους ὅπως ἄξομεν αὐτήν, Isoc. 8.25). Manter a paz parece ser claramente a parte mais difícil do assunto. Se se reflectir na questão, é evidente a qualquer pessoa que é preciso muito esforço para ‘manter’ ou ‘conservar’ algo. Esta é a sabedoria da guerra mais intemporal, uma lição que génios do conflito armado, como Júlio César e Clausewitz, intuíram. Se queremos a paz, devemos preparar-nos para a guerra.

De seguida, Isócrates defende que os Estados, assim como os indivíduos, têm de ter a sua própria moral; e assinala como a política interior e exterior de Atenas tem sido perigosa (Isoc. 8.26-60).

Com isto ele quer afirmar a necessidade de mudar os princípios que até então têm sido praticados, porque esses princípios não têm conduzido a boas reflexões (Isoc. 8.27) e, conseqüentemente, têm levado a actos menos sensatos. A este propósito dá o exemplo pouco louvável de forçar os Estados aliados a pagar contribuições (Isoc. 8.28-29). Daí que Isócrates defenda a prática da virtude (Isoc. 8.32, 35, 36) como um bem que influenciará os homens sensatos a escolherem «o que é mais frequentemente útil» (τὸ πολλάκις ὠφελοῦν, Isoc. 8.35). Por isso, como orador, o seu dever é escolher as palavras mais úteis, não as mais agradáveis (Isoc. 8.39, cf. 72), porque o principal propósito do orador é «a salvação da cidade» (τῆς κοινῆς σωτηρίας, Isoc. 8.39), tal como o de outros cidadãos que defendem os interesses da cidade. Acrescenta um paralelo de natureza distinta da sua. Se os médicos encontraram para as doenças do corpo muitos e variados remédios, para as almas ignorantes e cheias de más paixões só o discurso útil e combativo cuidará da saúde do Estado (Isoc. 8.39), e, nesse sentido, apelará à utilidade das acções daqueles

que escutam o orador (Isoc. 8.40). O orador constata que guerrear contra as outras cidades gregas com o único objectivo de sobre elas ser hegemónico («tentamos mandar sobre todos» – ἄρχειν μὲν ἅπᾶντων ζητοῦμεν, Isoc. 8.44), é uma atitude pouco louvável e pouco merecedora de receber qualquer honraria. E prossegue o seu pensamento acusando aqueles que defendem a guerra mas sem exporem o corpo ao perigo (cf. Isoc. 8.47), usando, para servir no exército, homens sem escrúpulos, como apátridas, desertores ou malfeitores (Isoc. 8.44). Também Demóstenes na *1ª Filípica*, 7-8 e 43-46, irá dirigir uma crítica semelhante aos Atenienses. Esta atitude não dignifica os dirigentes dos assuntos públicos do presente, considerando Isócrates que eles são mesmo inferiores aos seus antepassados (Isoc. 8.47). O orador aproveita o momento para referir que a geração de políticos do seu tempo é muito distinta da dos de outrora (Isoc. 8.54-55, cf. 75). A excelência da geração mais velha contrasta com os políticos pouco valorosos do fim do séc. V e do princípio do séc. IV a.C.

Isócrates pretende mostrar com este diagnóstico que a política interna não tem sido bem orientada e que devido a essa deficiência a cidade não serve de modelo para as outras. Pelo contrário, a governação da cidade consegue revelar-se inferior em relação aos Estados recentemente fundados (Isoc. 8.49). A prática da democracia só subsiste na tranquilidade e na segurança (Isoc. 8.51), o que significa que a paz é a sua principal aliada (Isoc. 8.72). Isócrates dirige um conselho aos seus concidadãos a pensar na sua salvação, para que usem, em benefício próprio, o seu esforço e a sua inteligência (Isoc. 8.60).

Na parte central do seu discurso (Isoc. 8.61-116), já depois de ter diagnosticado o problema dos Atenienses, crítica a sua política imperialista. Aproveita também para criticar a política agressiva de Esparta, que também não está imune a críticas, do seu ponto de vista.

Isócrates passa de seguida a concretizar as suas ideias de bem-estar e de bem-fazer, revelando quais as qualidades que devem possuir os que desejam ser felizes. Estas qualidades são principalmente a piedade, a moderação e a justiça (Isoc. 8.63). Estas qualidades gerais não diminuem a importância de medidas mais concretas. Isócrates acrescenta que a forma de melhor administrar a cidade é prescindir da hegemonia marítima. Para ele, está em risco a democracia construída pelos seus antepassados, com a qual viveram e foram felizes (Isoc. 8.64, cf. 74). Segundo o orador, o império que era tão desejado

«não é nem justo, nem realizável, nem conveniente para nós» (οὔτε δικαίας ἀρχῆς ἐπιθυμοῦμεν οὔτε γενέσθαι δυνατῆς οὔτε συμφερούσης ἡμῖν, Isoc. 8.66). Noutras ocasiões, a propósito da violência exercida por Esparta para manter a sua hegemonia, Isócrates condenou o poderio dos Lacedemónios (Isoc. 8.67-68; *Panegírico*, 110, 125; *Panatenáico*, 95-107). Depreende-se das suas palavras que, para construir um império, tem de haver domínio de uma cidade sobre as outras, o que implica que haja violência, contrária à paz e à concórdia. Ora Isócrates sempre defendera a conciliação entre os Gregos, como já o fizera no *Panegírico*, 80-81, texto anterior ao *Sobre a Paz*. Assim, e porque os tempos presentes mostravam dificuldades financeiras, tornava-se difícil suportar os custos necessários para conquistar a hegemonia (Isoc. 8.69).

Começando por garantir a manutenção da paz, Isócrates aconselha e defende que os seus concidadãos se devem abster de se caluniarem (Isoc. 8.71), porque «aos que injuriam com más intenções, convém detestá-los como inimigos da cidade; àqueles que aconselham para serem úteis, convém aplaudi-los e considerá-los os melhores concidadãos» (ἀλλὰ τοὺς μὲν ἐπὶ βλάβῃ λοιδοροῦντας μισεῖν ὡς κακόνους ὄντας τῇ πόλει, τοὺς δ' ἐπ' ὠφελείᾳ νοουθετοῦντας ἐπαινεῖν καὶ βελτίστους τῶν πολιτῶν νομίζειν, Isoc. 8.72).

Nesta fase intermédia do discurso, ataca com veemência e com frequência a política de agressão (Isoc. 8.91-92) e o império marítimo, que é o motivo da ruína de Atenas (cf. Isoc. 8.64, 78, 94). Isócrates salienta a desvantagem de ter um império marítimo, recordando que a cidade, antes de possuir tal império, estava bem melhor (Isoc. 8.74), além de que o povo que regia o Estado de outrora era distinto do contemporâneo, não estava «cheio de preguiça, indecisão nem de vãs esperanças» (οὐκ ἀργίας οὐδ' ἀπορίας οὐδ' ἐλπίδων κενῶν ὄντα μεστόν, Isoc. 8.75). Antigamente, o povo era valente, capaz de vencer nos campos de batalha aqueles que se preparavam para invadir a Grécia, e tais actos de bravura e coragem fizeram-no ganhar a confiança da maioria das cidades (Isoc. 8.76). Depois desta supremacia conquistada, seguiu-se a indisciplina dos concidadãos (cf. ἐπὶ τοιαύτην ἀκολασίαν, Isoc. 8.77 e 102), tornando-os incapazes de enfrentar os inimigos, além de que essa hegemonia marítima motivou ódio entre os outros gregos, nomeadamente entre antigos aliados (Isoc. 8.78). Isócrates pretende mostrar que os erros do passado não devem ser repetíveis e deve aprender-se com os infortúnios de outrora, sobretudo deve

ter-se em conta as perdas humanas que ocorreram quer em terra, quer no mar (Isoc. 8.79-86).

Após estas enumerações sobre as más opções políticas de outrora, o orador aproveita para reflectir em primeiro lugar sobre o papel principal de quem governa: «com efeito é tarefa dos que mandam tornar, com os seus cuidados, mais felizes os governados» (τῶν μὲν γὰρ ἀρχόντων ἔργον ἐστὶν τοὺς ἀρχομένους ταῖς αὐτῶν ἐπιμελείαις ποιεῖν εὐδαιμονεστέρους, Isoc. 8.91). Portanto, são invejáveis os governantes que «cheios de previdência, zelam pela glória comum mais que pela sua própria e preferem uma vida moderada com justiça a muita riqueza injusta» (ἀλλὰ πολὺ μᾶλλον τῶν πολλῆν πρόνοιαν ποιουμένων καὶ μηδὲν ἤττον ὑπὲρ τῆς κοινῆς δόξης ἢ τῆς ἰδίας φιλοτιμουμένων καὶ προαιρουμένων μέτριον βίον μετὰ δικαιοσύνης μᾶλλον ἢ μέγαν πλοῦτον μετ' ἀδικίας, Isoc. 8.93).

Ideia semelhante é repetida no discurso *Antidosis* ou *Sobre a Permuta*, 132, nas palavras de conselho que o orador dirige ao seu discípulo Timóteo. Quer com isto chamar a atenção para a correcção dos actos a tomar, de forma a que não hipotequem o futuro com o acumular de más atitudes tomadas no presente (Isoc. 8.92-93, 116, cf. 136). Daí que seja necessário ponderar sobre as vantagens de alcançar a tal hegemonia que se defende, que parece ser mais destruidora do que edificadora (cf. Isoc. 8.95-96), porque até os que não têm uma democracia como os Atenienses, como alguns dos seus aliados, tornaram-se mais belicosos e agressivos (Isoc. 8.97-99). A própria hegemonia cega os homens que têm o poder da decisão, conduzindo-os para a atitude incorrecta que tem incentivado revoltas e guerras (Isoc. 8.99, 102-103, 115). Sócrates apela à atenção daqueles que o ouvem (Isoc. 8.116), depois de fazer o ponto da situação do Estado, dos Estados vizinhos, assim como dos aliados e mesmo de outros Estados (Isoc. 8.116-118).

É então que o orador sente necessidade de dar exemplos concretos (Isoc. 8.117-131). Assim, pequenos povos como os Tessálios e os Megarenses têm alcançado grandes êxitos, ao passo que a soberba do poder e os demagogos têm levado Atenas à ruína, pois só pensam no seu interesse pessoal e prometem impossíveis para agradar ao povo (Isoc. 8.121). Remata o seu pensamento acrescentando que «a desordem e a soberba são a causa de males, ao passo que a prudência é a de bens» (τὴν μὲν ἀκολασίαν καὶ τὴν ὕβριν τῶν κακῶν αἰτίαν γιγνομένην, Isoc. 8.119). Aqueles que conduzem os destinos da

cidade têm de ser semelhantes aos que fizeram a grandeza da cidade e não aqueles que falam e agem como os que a arruinaram (Isoc. 8.122). Com estas palavras quer o orador dizer que «não há raça de homens mais inimiga da maioria do que os maus oradores e os maus líderes» (γένος οὐδέν ἐστι κακονούστερον τῷ πλήθει πονηρῶν ῥητόρων καὶ δημαγωγῶν, Isoc. 8.129). A forma mais correcta de restaurar o Estado seria utilizar os mesmos conselheiros que gostaríamos de utilizar nos assuntos privados, isto é, garantir que à frente da cidade só se encontram «pessoas de bem» (τοὺς χρηστούς, Isoc. 8.133).

A sua lição de educação política e organização de pensamento não ficaria completa se não fechasse o seu discurso com o recurso a propostas concretas de reformas. A hegemonia de Atenas é possível, desde que não seja imposta, mas resultado da honra que os restantes estados lhe concederiam. A tarefa de mudar o actual estado de coisas depende também do auxílio prestado pelos outros oradores. Portanto, o orador lança um convite a todos os seus colegas para o ajudarem nessa tarefa (Isoc. 8.132-145). Consciente do seu papel cívico como mentor dos que se dedicam à política e de gerações futuras, Isócrates conclui o seu discurso lembrando que os conselhos por si manifestados, como o desejo de paz e a prática da justiça, trarão felicidade à cidade, mas também a todos os outros gregos (Isoc. 8.136). E que, se tais conselhos forem adoptados, os Atenienses passarão a ser considerados como um povo regulador de actos injustos (Isoc. 8.138-139) e passarão a ser notados como indivíduos exemplares e dignos de referência ao olhar dos outros. Desta forma, os Atenienses conseguirão recuperar a glória dos seus antepassados (Isoc. 8.141). Desta fase do discurso impõe-se uma reflexão que diz respeito ao papel difícil desempenhado pelo pedagogo, que é aquele em que Isócrates se encontra. E ele sente dificuldade em assegurar que o seu conselho seja ouvido e compreendido porque sabe o que é melhor para quem o ouve, porque sabe mais do que ninguém as vantagens e desvantagens do seu conselho, porque se encontra no topo da pirâmide dos conselheiros e porque dispõe de todas essas qualidades e os outros não. A grande dificuldade de um pedagogo ou de um conselheiro reside em saber se os seus conselhos serão motivo de verdadeira atenção por quem os devia ouvir e aceitar.<sup>5</sup> O incitamento à virtude e à justiça deve continuar pela mão dos mais

---

<sup>5</sup> Cf. Too e Livingstone (1998: 267-268).

jovens, pois daí resultará um florescimento geral que abrangerá também os intelectuais (Isoc. 8.145).

O que concluir deste texto que marca uma época? O primeiro aspecto a sublinhar neste texto tem a ver com a sua natureza. Tratar-se-ia de um exercício pedagógico ou de um texto de intervenção? A opinião de classicistas contemporâneos é a de que existem indícios para apoiar a primeira interpretação. Assim, por exemplo, segundo Papillon (2004: 166), a forma encontrada por Isócrates para terminar o seu discurso é um tanto desajeitada, daí que pareça mais plausível que se trate de um exercício pedagógico do que de um panfleto deliberativo.

Há, contudo, um segundo aspecto a sublinhar. Aqueles que em momento de crise moral exercem verbalmente a dura tarefa de combater a injustiça, a sobrançeria, a inércia, poderão ter sobre si mesmos um olhar gratificante depois de tempos difíceis de combate intelectual, pois se o bem-estar geral for alcançado, eles também serão afectados por ele. A ideia de Isócrates parece ter sido a de que o estado democrático de Atenas necessitaria de um trabalho de voluntariado daqueles que têm responsabilidades públicas para ajudar a revigorar a sua força interna! A sugestão de Isócrates parte de um pressuposto interessante. Se outros exercessem tarefas semelhantes à dele, sentir-se-iam impelidos a trazer medidas e propostas de salvação do futuro da cidade para aquele espaço de debate.

Nesta ancestral visão de reconciliação entre os Gregos e numa tentativa de um tratado de concórdia futura, Isócrates mostra, acima de tudo, a sua arte diplomática à distância de vinte e cinco séculos: uma arte humanista e essencialmente pacificadora.